

e no planeamento e conduta das operações de combate aos incêndios florestais em 2004, contribuindo decisivamente para o sucesso obtido.

As suas notáveis qualidades de senso, ponderação e afável trato foram importantíssimos no relacionamento entre o SBNPC e as diversas entidades e agentes de protecção civil e bombeiros, muito contribuindo para a potenciação dos escassos recursos humanos disponíveis.

Pelas suas qualidades pessoais e pelo seu excepcional desempenho nas diversas missões que lhe foram atribuídas, é o coronel de engenharia António Antunes credor do reconhecimento e consideração públicos, e merecedor que os serviços prestados sejam considerados como relevantes e de elevado mérito, deles resultando honra e lustre para as Forças Armadas Portuguesas.

30 de Novembro de 2004. — O Presidente, *Fernando Manuel Paiva Monteiro*, major-general.

Louvor n.º 8/2005. — Louvo a técnica profissional especialista principal de BAD, do quadro de pessoal do extinto Serviço Nacional de Protecção Civil, Isabel Maria Gomes Matias Martos Ribeiro, pelas relevantes aptidões profissionais, total dedicação e lealdade evidenciadas no exercício das funções de minha secretária.

Dotada de um conjunto de qualidades de carácter e profissionais, de que ressaltam a ponderação, a sensatez, a fácil sociabilidade e permanente disponibilidade, granjeou a estima e a consideração de todos, sendo indelevelmente uma mais-valia no relacionamento do meu gabinete com o exterior.

Assim, pela forma muito competente e dedicada como exerceu as suas funções é com prazer e pleno sentido de justiça que reconheço publicamente o desempenho de Isabel Maria Gomes Matias Martos Ribeiro, considerando que a sua acção foi um importante contributo para a eficácia e o cumprimento da missão do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil.

9 de Dezembro de 2004. — O Presidente, *Fernando Manuel Paiva Monteiro*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração Extrajudicial

Despacho n.º 241/2005 (2.ª série). — Considerando que a licenciada Maria João Cal de Almeida Candeias Viegas Galvão detém experiência e conhecimento adequados para o provimento de cargos de direcção, designadamente da Direcção de Serviços para a Resolução Alternativa de Litígios da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial, conforme está definido no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Nos termos do disposto nos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeada, em comissão de serviço, directora de serviços para a Resolução Alternativa de Litígios, cargo de direcção intermédia do 1.º grau da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial, a licenciada Maria João Cal de Almeida Candeias Viegas Galvão, possuidora de competência técnica e adequado perfil para o exercício das referidas funções e cuja nota relativa ao seu currículo académico e profissional se publica em anexo ao presente despacho.

15 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Filipe Lobo d'Ávila*.

ANEXO

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Maria João Cal de Almeida Candeias Viegas Galvão;
Data de nascimento — Junho de 1961, Lisboa.

Formação académica:

Licenciatura em Direito pela Universidade Livre de Lisboa;
Master Business Administration, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica de Lisboa;
Pós-graduação em estudos avançados em Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração.

Experiência profissional:

Desempenho da actividade de advocacia de Maio de 1988 a Novembro de 1994, nomeadamente nas sociedades de advogados Carlos Olavo & Associados, Barros, Sobral, Xavier & G. Gomes e Gide Loyrette et Noël;

Início de funções equiparada a técnico superior na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em Dezembro de 1994, nomeação definitiva como técnica superior de 2.ª classe do quadro daquele organismo em Julho de 1998; Nomeada técnica superior de 1.ª classe do quadro da Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa em Janeiro de 1999, promovida a técnica superior principal em Outubro de 2001, onde exerceu funções até Abril de 2002; Transferida em Maio de 2002 para o quadro de pessoal do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, exercendo funções no Gabinete Jurídico até Junho de 2004; Desde Junho de 2004, foi nomeada, em comissão de serviço, chefe de divisão do Gabinete de Estudos do quadro de dirigentes da Direcção-Geral de Administração Extrajudicial do Ministério da Justiça, até à presente data.

Formação profissional:

Estágio profissional pela Ordem dos Advogados, de Novembro de 1986 a Maio de 1988;
Frequência do Seminário de Alta Direcção em Administração Pública;
Frequência e participação em vários cursos de formação profissional e seminários.

Despacho (extracto) n.º 242/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral da Administração Extrajudicial de 15 de Dezembro de 2004;

Considerando que a licenciada Maria João Cal de Almeida Candeias Viegas Galvão detém experiência e conhecimento adequados para o provimento de cargos de direcção, designadamente da Direcção de Serviços para a Resolução Alternativa de Litígios da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial, conforme está definido no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Nos termos do disposto nos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeada, em comissão de serviço, directora de serviços para a Resolução Alternativa de Litígios — cargo de direcção intermédia do 1.º grau da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial — a licenciada Maria João Cal de Almeida Candeias Viegas Galvão, possuidora de competência técnica e de adequado perfil para o exercício das referidas funções e cuja nota relativa ao seu currículo académico e profissional se publica em anexo ao presente despacho.

17 de Dezembro de 2004. — O Subdirector-Geral, *Manuel de Herédia*.

Curriculum vitae

Dados pessoais

Nome — Maria João Cal de Almeida Candeias Viegas Galvão.
Data de nascimento — Junho de 1961, em Lisboa.

Formação académica

Licenciatura em Direito pela Universidade Livre de Lisboa.
Master business administration pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica de Lisboa.
Pós-graduação em Estudos Avançados em Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração.

Experiência profissional

Desempenho da actividade de advocacia de Maio de 1988 a Novembro de 1994, nomeadamente nas sociedades de advogados Carlos Olavo & Associados, Barros, Sobral, Xavier & G. Gomes e Gide Loyrette et Noël.

Início de funções equiparadas a técnico superior na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa em Dezembro de 1994, nomeação definitiva como técnica superior de 2.ª classe do quadro daquele organismo em Julho de 1998.

Nomeada técnica superior de 1.ª classe do quadro da Direcção-Geral de Infra-Estruturas, do Ministério da Defesa em Janeiro de 1999, promovida a técnica superior principal em Outubro de 2001, onde exerceu funções até Abril de 2002.

Transferida em Maio de 2002 para o quadro de pessoal do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, exercendo funções no Gabinete Jurídico até Junho de 2004.

Em Junho de 2004 e até à presente data, nomeada, em comissão de serviço, chefe de divisão do Gabinete de Estudos, do quadro de dirigentes da Direcção-Geral de Administração Extrajudicial, do Ministério da Justiça.

Formação profissional

Estágio profissional pela Ordem dos Advogados, de Novembro de 1986 a Maio de 1988.
Frequência do Seminário de Alta-Direcção em Administração Pública.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Aviso n.º 98/2005 (2.ª série). — 1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que, nos termos dos artigos 102.º e 103.º do Regulamento aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, se encontra aberto concurso, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, para provimento dos lugares de segundo-ajudante das conservatórias indicadas em anexo.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, e os escriturários empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 — Podem habilitar-se ao concurso os segundos-ajudantes com, pelo menos, três anos de serviço em repartições da mesma espécie (com observância, neste caso, do disposto no artigo 56.º do Decreto-Lei n.º 92/90, de 17 de Março) e os escriturários aprovados no concurso interno de reserva de recrutamento para ingresso na categoria de segundo-ajudante a que se refere o aviso n.º 9199/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 203, de 3 de Setembro de 2003 — área de actividade funcional de registo civil.

4 — Os requerimentos de admissão ao concurso serão dirigidos ao director-geral dos Registos e do Notariado, com indicação da respectiva identificação, categoria funcional, classe pessoal, classificação de serviço e classificação obtida no concurso de habilitação.

5 — Os requerimentos devem ser entregues ou remetidos pelo correio para a conservatória do lugar a concurso, não sendo considerados os directamente remetidos à Direcção-Geral dos Registos e do Notariado.

6 — Os candidatos que se habilitem a mais de um lugar deverão indicar nos respectivos requerimentos a ordem de preferência no provimento.

21 de Dezembro de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

ANEXO**Registo civil:**

Distrito de Aveiro — Águeda.
Distrito de Beja — Odemira.
Distrito de Braga — Braga — três lugares.
Distrito de Faro — Albufeira.
Distrito de Lisboa — Oeiras.
Distrito de Santarém — Cartaxo.
Distrito de Setúbal:

Sesimbra.
Setúbal — quatro lugares.

Distrito de Viseu — Viseu.

Despacho n.º 243/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 15 de Dezembro de 2004:

Licenciado Joaquim Manuel Salles Guedes Leitão, notário do 2.º Cartório Notarial de Viseu — autorizada a prorrogação da requisição como inspector extraordinário no Serviço de Avaliação e Inspeção desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 30 de Janeiro de 2005.

Licenciado Rui Proença Correia Dias, conservador dos Registos Civil e Predial de Pinhel — autorizada a prorrogação da requisição como inspector extraordinário no Serviço de Avaliação e Inspeção desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2005.

Licenciado Victor Manuel Catarino Teixeira Chaves, conservador da 1.ª Secção da Conservatória do Registo Predial de Cascais — autorizada a prorrogação da requisição como inspector extraordinário

no Serviço de Avaliação e Inspeção desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 27 de Janeiro de 2005.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

17 de Dezembro de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 244/2005 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Dezembro de 2004 do director-geral:

Licenciada Maria Lucete Pereira de Almeida Pinheiro, conservadora do Registo Predial da Moita — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 2 de Janeiro de 2005.

Licenciada Carla Cristina Marques Santos Costa Gonçalves, conservadora/notária dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Viana do Alentejo — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 1 de Fevereiro de 2005.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

17 de Dezembro de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 245/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de 20 de Dezembro de 2004:

Bela Amorosa Ferreira Dinis, escriturária do Cartório Notarial de Mortágua — nomeada segunda-ajudante do Cartório Notarial de Nelas (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Estela da Silva Ferreira, escriturária do Cartório Notarial de Seia — nomeada segunda-ajudante dos mesmos serviços (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Josefina Maria Alves de Jesus Pereira Rocha, escriturária superior do Cartório Notarial de Ovar — nomeada segunda-ajudante do Cartório Notarial de Estarreja (2.º escalão, índice 225), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria Adozinda Pinto Teixeira, escriturária da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Penacova — nomeada segunda-ajudante do Cartório Notarial de Gouveia (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 246/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de 15 de Dezembro de 2004:

Adelaide da Conceição de São José Figueiredo, escriturária do 1.º Cartório Notarial de Aveiro — nomeada segunda-ajudante do 2.º Cartório Notarial da Figueira da Foz (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Adília Maria Pinto de Carvalho, segunda-ajudante do Cartório Notarial de Fafe — nomeada para idêntico lugar do 2.º Cartório Notarial de Guimarães (4.º escalão, índice 245), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Ana Paula Simões Luís, escriturária superior do 2.º Cartório Notarial de Tomar — nomeada segunda-ajudante dos mesmos serviços (4.º escalão, índice 245), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Isabel Maria David Tinta, segunda-ajudante do 2.º Cartório Notarial de Vila Franca de Xira — nomeada para idêntico lugar do 1.º Cartório Notarial de Santarém (2.º escalão, índice 225), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Jorge Manuel Ramos Cunha, escriturário superior do 2.º Cartório Notarial de Sintra — nomeado segundo-ajudante dos mesmos serviços (4.º escalão, índice 245), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria José Levita Martins, segunda-ajudante do Cartório Notarial da Guarda — nomeada para idêntico lugar do Cartório Notarial de Queluz (5.º escalão, índice 255), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.